



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio 14^a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 80p.

Resenhado por Geiza da Silva Gimenes¹ – UNEMAT/AIA

A ordem do discurso de Michel Foucault trata-se de uma obra que traduz sua aula inaugural no College de France (dezembro de 1970), em substituição a Jean Hyppolite na disciplina "História dos sistemas de pensamento". Deste modo, no contexto inaugural, Foucault iniciou sua aula considerando a hipótese de que em todas as sociedades a produção de discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída conjugando poderes e perigos.

No movimento do percurso, disse que os discursos são atravessados por procedimentos exteriores de controle e delimitação e por procedimentos internos. Nos primeiros, tem-se a interdição, contexto em que não se pode falar de tudo, mas, apenas o que as circunstâncias autorizam dizer. Ou seja, na aparente transparência do discurso, escondem-se relações de desejo e poder. Na separação/rejeição, outro processo de exclusão, revela-se um discurso silenciado (o do louco), impedido de circular como os demais, visto que, desde a Alta Idade Média, a palavra do louco não é ouvida e quando é ouvida, é escutada como uma palavra de verdade (de uma verdade que os indivíduos normais não percebem). Quanto à vontade de verdade, Foucault disse que se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se levantarmos a questão de saber, situando-nos em outro nível, qual é essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor).

No segundo grupo, o dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso, encontram-se o comentário, o princípio de autoria e as disciplinas. Assim, no que diz respeito ao comentário, ressaltou a existência de um desnivelamento entre os discursos, isto é, os discursos que se dizem no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou, e os discursos que estão na origem

¹ Mestra em Estudos Linguísticos e professora do Departamento de Comunicação Social do Câmpus Universitário de Alto Araguaia – UNEMAT.



mesmo de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles. A relação do texto primeiro com o texto segundo permite construir novos discursos, permite trabalhar o acaso do discurso, permite dizer algo além do texto mesmo. "O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta". Na autoria, discutiu o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações, como foco de coerência. "O autor é aquele que dá a inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real", ao passo que as disciplinas são como um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, técnicas e de instrumentos, constituindo uma espécie de sistema autônomo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele. Para que uma proposição seja da disciplina, ela precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado.

Foucault também apresentou um terceiro grupo de controle dos discursos, o da imposição de regras aos sujeitos. Neste verificou a existência do ritual, das doutrinas e da apropriação social dos discursos. Assim, definiu o ritual como a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação devem ocupar determinado tipo de enunciados). Por exemplo: os discursos religiosos, judiciários e políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. Já as doutrinas foram consideradas como o inverso da "sociedade do discurso": nesta, o número de indivíduos que falam, mesmo se não fosse fixado, tendia a ser limitado; e só entre eles o discurso podia circular e ser transmitido. A doutrina, pelo contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de uma certa regra de conformidade com os discursos validados. "A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros".

Na apropriação social dos discursos, disse que o sistema educacional é o espaço onde os indivíduos tem acesso a muitos discursos. É a maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e o os poderes que eles trazem consigo.

Ainda sobre o discurso, abordou temas filosóficos relativos aos processos de sua delimitação, situação em que verificou que "o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar



EDIÇÃO ESPECIAL
LINGUAGENS E DISCURSOS DAS MÍDIAS
NOVEMBRO DE 2012



possível entre o pensamento e a palavra; parece que tomou cuidado para que o discurso aparecesse apenas como um certo aporte entre pensar e falar; seria um pensamento revestido de seus signos tornando visível pelas palavras, ou, inversamente, seriam as estruturas mesmas da língua postas em jogo e produzindo um efeito de sentido".

Em sua aula, apontou direções para o trabalho de elaboração teórica, isto é, para analisar a materialidade discursiva em suas condições, seu jogo e seus efeitos, é preciso optar por três decisões: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante. Neste sentido, sobre o princípio da descontinuidade, ressaltou que não existe um discurso ilimitado, contínuo e silencioso que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra. Não se deve imaginar, percorrendo o mundo e entrelaçando-se em todas as suas formas e acontecimentos, um não-dito ou um impensado que se deveria, enfim articular ou pensar. Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam às vezes, mas também se ignoram e excluem. Quanto ao princípio da especificidade, retratou que não se deve transformar o discurso em um jogo de significações prévias; bem como não deve imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ao passo que sobre o princípio da exterioridade, disse que não se pode passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, ou para o âmago de um pensamento ou de um sentido que se manifestaria nele, mas a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua própria regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade.